

CENTRAIS SINDICAIS NO G20 SOCIAL



**RIO DE JANEIRO
DE 14 A 16 DE NOVEMBRO**

**TRANSIÇÕES NO
MUNDO DO TRABALHO**

**Tecnologias Emergentes,
Sustentabilidade Ambiental
e Justiça Social para um
Trabalho Decente**



TRANSIÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO:

Garantir empregos de qualidade e reduzir as desigualdades



O mundo do trabalho enfrenta desafios ligados à emergência ambiental e ao advento de novas tecnologias. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostram que a geração e manutenção de empregos em diversas categorias dependem de um ambiente saudável. Entretanto, os impactos climáticos intensificam o deslocamento de refugiados, aprofundando as disparidades sociais.

O aumento do estresse térmico deve levar à perda de empregos em setores como agricultura, construção e turismo, devido à redução de áreas agricultáveis e à queda de produtividade provocadas pela elevação das temperaturas. Ao passo que a crescente escassez de água, que afeta 42% da força de trabalho global, contribui para o agravamento das más condições de trabalho.

Trabalhadores da agricultura, construção civil, do turismo, comércio de rua, entre outros, sofrem com as intempéries, pois estão mais expostos ao calor ou frio excessivos, escassez hídrica, tempestades, enchentes, queimadas, entre outras condições extremas.

Por outro lado, uma economia sustentável, com

redução de emissões de gases de efeito estufa, pode gerar inclusão social e criar até 60 milhões de empregos a mais do que a economia convencional, segundo informações da OIT.

Esta transição deve, no entanto, ser mediada por políticas públicas de forma que não impacte em empregos em indústrias tradicionais.

Ao mesmo tempo, a transição tecnológica ameaça empregos em setores como manufatura, comércio e serviços. Fenômenos com a digitalização e a inteligência artificial (IA) promovem mudanças no mercado de trabalho acelerando a obsolescência profissional.

Em países onde parte significativa da população trabalha em empregos de baixa qualificação, como o Brasil, a automação traz ameaças de desemprego, precarização e desigualdade ainda maiores. Um exemplo é o crescimento da economia de plataforma, que oferece um tipo de trabalho com menos direitos (em geral, sem nenhum direito), sem proteção social e com obstáculos que dificultam a organização sindical, com jornada de trabalho extensa e desregulamentada, instabilidade da renda e sobrecarga de trabalho.

EXPLORAÇÃO AMBIENTAL E DE TRABALHADORES NO CAPITALISMO

A história mostra que exploração capitalista é a raiz dos ataques aos trabalhadores e ao meio ambiente.

A contradição entre capital e trabalho criou uma classe trabalhadora suscetível à exploração, que vive com poucos recursos para enfrentar adversidades sociais e ligadas ao clima.

A contradição entre produtividade e sustentabilidade resulta em colapsos como as enchentes que ocorrem em várias regiões do mundo, com destaque para a que ocorreu no Rio Grande do Sul em maio de 2024, além das queimadas recordes que destruíram a fauna e a flora em várias regiões do Brasil, apagões, tempestades, ondas de calor.

Esses problemas resultam do agravamento de um sistema econômico cuja origem remonta à Revolução Industrial.

A pandemia do coronavírus é prova cabal de como a exploração ambiental gera efeitos devastadores, atingindo a economia e principalmente os mais pobres. A pandemia expôs o desgaste e a incapacidade da economia de mercado para apresentar soluções para a sociedade. Ficou evidente que toda a humani-

dade precisa ter acesso às tecnologias fundamentais para atravessar momentos como aquele, particularmente as que têm relação com a saúde.

Por isso, o enfoque liberal com que esses temas muitas vezes são tratados contradiz a busca pela justiça social. O debate ambiental e tecnológico não pode estar desconectado de direitos trabalhistas, sociais e sindicais.

Uma transição justa exige medidas para a adaptação aos fenômenos em curso, inclusão social, trabalho decente, com direitos, representação sindical, valorização salarial, saúde e segurança no trabalho, mecanismos de redistribuição dos ganhos de produtividade entre empregadores, trabalhadores e Estado, além da modernização do parque industrial com oferta de energia limpa e matéria-prima sustentável.

Os sindicatos, pela capilaridade e pelo conhecimento de cada categoria, podem proporcionar a introdução de medidas sustentáveis e de proteção aos trabalhadores nos locais de trabalho por meio das convenções coletivas, dos acordos salariais, de cursos de qualificação profissional e das ações políticas que defendem os interesses da classe trabalhadora.



AS RESPONSABILIDADES DEVEM SER COMPARTILHADAS

O debate sobre a transição justa deve ser discutido internacionalmente. Para resultar em desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável e socialmente justo, essa transição, especialmente em países periféricos, precisa de financiamento. Mas de onde virão os recursos?

É sugestivo o relatório da Comissão de Cambridge para Mudanças Comportamentais de Escala, de abril de 2021, que mostrou que o grupo dos 1% mais ricos do planeta produz o dobro das emissões de carbono gerado pelos 50% mais pobres. Não à toa, os 5% mais ricos do mundo são chamados de “elite poluidora”. Apesar de poluir menos, a população de países mais pobres está mais vulnerável ao trabalho precário, aos extremos climáticos e a doenças originadas da exploração abusiva de ecossistemas e de seres vivos. Ou seja, as transições têm impactos globais, mas de forma desigual, a depender da localização de cada país na divisão internacional do trabalho.

Cabe debater, em encontros internacionais da importância do G20, o estabelecimento de metas,

medidas e cotas de financiamento para cada país de acordo com a capacidade e a responsabilidade de cada um. Soma-se a isso, determinar a tributação dos super-ricos, para a formação de um fundo que financie as transições, de modo a se combater efetivamente a pobreza e as desigualdades.

A sociedade civil e o movimento sindical devem contribuir para que o Encontro vá além do debate econômico, trazendo temas sociais através daqueles diretamente afetados pelas mudanças.

Nesse documento, as Centrais Sindicais buscam contribuir diretamente com propostas relacionadas ao mundo do trabalho, considerando as temáticas da transição justa, o combate às desigualdades e à pobreza, e a busca por uma nova governança global.

AS CENTRAIS SINDICAIS BRASILEIRAS propõem aos Estados membros do G20:

- 1 Implementação de políticas de desenvolvimento econômico socialmente justo e ambientalmente sustentável, com redução das diferentes dimensões das desigualdades.
- 2 Garantir acesso público, universal e de qualidade à saúde, educação, aos serviços de cuidado e segurança para as populações ao longo de toda a vida.
- 3 Garantir direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais, revertendo processos de precarização do trabalho difundidos ao redor do mundo, revertendo o estabelecimento de contratos de trabalho precários.
- 4 Fortalecer a liberdade de organização sindical e a negociação coletiva nos setores público e privado, combater práticas antissindicais e garantir autonomia dos trabalhadores na definição do sistema de financiamento sindical.
- 5 Implementar política de valorização salarial.
- 6 Ampliar a adesão às Convenções da OIT, como a convenção nº 156, sobre a adoção de medidas para impedir que demandas familiares dificultem o acesso ao emprego e o crescimento profissional; criar convenções que tratem das novas formas de trabalho mediadas pela digitalização e pelo uso da Inteligência Artificial.
- 7 Ampliar as oportunidades orientadas pelos princípios do trabalho decente para mulheres, população negra, juventude, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência, além de combater o trabalho escravo e erradicar o trabalho infantil.
- 8 Atualizar as regulações da jornada laboral de modo a limitar a fragmentação do tempo de trabalho por meio das novas tecnologias.
- 9 Garantir formação profissional permanente e assegurar qualificação profissional para novos postos de trabalho em casos de empresas afetadas pela automação.
- 10 Eliminar processos produtivos prejudiciais à saúde dos trabalhadores garantindo saúde e segurança no trabalho.
- 11 Garantir proteção aos desempregados através de políticas como seguro-desemprego, formação profissional, intermediação de mão de obra e programas de transferência de renda.
- 12 Instituir a renda básica universal como direito social, complementar aos direitos do trabalho.
- 13 Implementar tributação progressiva sobre renda e patrimônio e o aumento da tributação sobre grandes heranças e fortunas, lucros e dividendos para a criação de um fundo mundial para transição energética e o combate à pobreza e às desigualdades.
- 14 Implementar políticas de transição, recuperação e preservação ambiental que incluam a geração de trabalho decente e amparo para todas as comunidades afetadas.
- 15 Garantir a valorização da agricultura familiar, da agroecologia, da economia circular e redução da poluição nas cidades e no campo.
- 16 Implementar investimentos em energia limpa, renovável e acessível, garantindo que a população tenha acesso a padrões de vida dignos e mobilidade.
- 17 Ampliar os investimentos em infraestrutura para uma produtividade ancorada em ciência e tecnologia e criação de empregos formais de qualidade e sustentáveis.
- 18 Infraestrutura econômica, social e ambiental para uma industrialização sustentável, revertendo o processo de reprimarização em países da periferia.
- 19 Regulamentação do uso de tecnologias que impactam negativamente os postos e as condições de trabalho, de forma que as inovações sejam elementos de promoção e melhoria da vida em sociedade.
- 20 Compartilhar os ganhos de produtividade advindos de avanços tecnológicos com os trabalhadores (por meio da redução da jornada de trabalho e da valorização dos salários) e com o Estado (arrecadação de tributos).

São Paulo, novembro de 2024

Sérgio Nobre, presidente da CUT
(Central Única dos Trabalhadores)
Miguel Torres, presidente da Força Sindical
Ricardo Patah, presidente da UGT
(União Geral dos Trabalhadores)
Adilson Araújo, presidente da CTB
(Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)
Moacyr Tesch Auersvald, presidente da NCST
(Nova Central Sindical de Trabalhadores)
Antonio Neto, presidente da CSB
(Central dos Sindicatos Brasileiros)
Nilza Pereira, secretária-geral da Intersindical
José Gozze, presidente da Pública

PROGRAMAÇÃO

HORÁRIO

ATIVIDADE

13:30h

Recepção dos participantes

14:00h

Abertura - Representantes das centrais

- Adilson Araújo, Presidente da CTB
- Antônio Neto, Presidente CSB
- Eduardo de Souza Maia, Secretário Geral da NCST
- Maricler Real, Secretária Geral da Pública
- Miguel Torres, Presidente da Força Sindical
- Nilza Pereira de Almeida, Secretária Geral da Intersindical
- Ricardo Patah, Presidente da UGT
- Sergio Nobre, Presidente da CUT

*Saudação das delegações internacionais
4 minutos de fala para cada palestrante*

14:50h

Breve diagnóstico dos impactos da transição tecnológica e das questões relacionadas ao clima sobre o mundo do trabalho

DIEESE

14:55h

Apresentação do documento "Transições no mundo do trabalho: garantir empregos de qualidade e promover a redução das desigualdades"

- Canindé Pegado, Secretário Geral da UGT
- Denilson Pestana da Costa, Diretor de Relações Internacionais da NCST
- João Carlos Gonçalves Juruna, Secretário Geral da Força Sindical
- José Gozze, Presidente da Pública
- Juvandia Moreira, Vice Presidenta da CUT
- Nilza Pereira de Almeida, Secretária Geral da Intersindical
- Paulo de Oliveira, Secretário de Organização e Mobilização da CSB
- Ronaldo Leite, Secretário Geral da CTB

5 minutos de fala para cada palestrante

15:40h

Intervenções do plenário

2 minutos de fala para cada participante

15:55h

Aprovação do documento por aclamação e encerramento